

Atualidade econômica

Sarney descarta uma política recessiva

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Na reunião ontem com dirigentes sindicais, na Granja do Torto — à qual esteve ausente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) —, o presidente José Sarney prometeu que o governo de "maneira alguma" aceitará

"De maneira alguma aceitaremos entrar na fome, na recessão e no desemprego", assegurou o presidente José Sarney durante a reunião de mais de seis horas que manteve ontem, na Granja do Torto, com representantes dos empregados. E advertiu: "Os conflitos democráticos são normais, mas os conflitos montados são danosos à vida democrática do País".

Sarney falava ao final da reunião com os principais dirigentes trabalhistas de todo o País (só a Central Única dos Trabalhadores — CUT não enviou representante, um fato considerado, "lamentável" pelo assessor de imprensa da Presidência da República, Fernando César Mesquita), prevendo que o Brasil deverá manter um crescimento entre 4 e 5% nos próximos anos e, em breve, de 7%.

Sarney só abriu, como sempre tem feito, a reunião com os dirigentes sindicais, e permitiu um debate franco entre eles e os ministros de Estado presentes ao encontro. Em alguns momentos, estimulou esse debate, julgando que daí poderia tirar algum subsídio para o seu governo ou, como prefere falar, para todo o País.

Ouviu todos e depois falou, para dizer que existe antes da dívida interna, ou da dívida externa, uma dívida moral a resgatar. Essa dívida moral, segundo o presidente, "está carregada de ressentimentos e de violências, provando que o Brasil não constitui hoje um risco econômico, mas pode constituir um risco político". Daí, concluiu que os interesses do País devem concentrar-se na Constituinte que, no seu entender, será o pacto da sociedade numa democracia amadurecida".

O presidente da República disse aos trabalhadores, segundo o seu as-

entrar na "fome, recessão e desemprego". Criticou os "conflitos montados", danosos à vida democrática do País, mas disse que os "conflitos democráticos" são normais. O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, defendeu a aplicação da atual legislação referente às greves, enquanto não houver nova lei.

Assessor Fernando César Mesquita, que não está tomando decisões lentas, mas "decisões amadurecidas", e fez uma correção à colocação do ministro do Planejamento, João Sayad, de que o Brasil "é uma máquina". Para Sarney, o Brasil é, sim, uma máquina, "mas uma máquina empurrada e com muitos vazamentos, que comprometem o seu desempenho".

Com o sentido de consertar essa máquina, é que coloca a sua proposta de pacto social, de pacto econômico e de pacto político, representados pelas forças que sustentam a Nação.

GUSMÃO

O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, voltou a defender o cumprimento da lei nas questões relativas às greves durante a reunião com os dirigentes sindicais. Na sua opinião, enquanto não for elaborada a nova lei de greve, o governo deve usar os instrumentos de que dispõe, apesar de achar a atual lei ineficiente.

Segundo fontes que participaram da reunião, Gusmão afirmou que é justamente em relação ao cumprimento da legislação que ocorre sua divergência com o ministro Almir Pazzianotto. Gusmão, porém, disse achar justo o ministro do Trabalho defender os direitos da classe que representa.

Por esta posição a favor do cumprimento da lei, Gusmão foi severamente criticado pelo presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Joel Alves de Almeida. O presidente do Dieese disse que Gusmão estava tendo uma posição muito repressiva por ser a favor do emprego da lei pura e simples.

Gusmão apresentou na reunião de ontem a proposta de se discutir o pluralismo e a unidade sindical na Assembléia Nacional Constituinte.

"EQUÍVOCO"

A reunião foi um passo largo, na opinião do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para que os trabalhadores retomem a confiança na instituição que é o governo. A ausência da Central Única dos Trabalhadores foi qualificada como um "equívoco da sua direção" pelo ministro, que não quis estender-se sobre o assunto. Como os demais encontros que o governo já manteve com os economistas e empresários, não foi uma reunião conclusiva, mas o ministro do Trabalho anunciou a criação de 98 novas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Pazzianotto disse que houve uma convergência dos sindicalistas em suas posições e reivindicações. Os pontos mais importantes, na sua opinião, foram as questões da inflação, dívidas externa e interna, lei de greve, reforma agrária, trimestralidade para os salários e a solicitação dos trabalhadores para que haja um gerenciamento paritário governo-empresários e trabalhadores na gestão do PIS, Pasep, FGTS e Previdência Social.

A ausência da CUT — que representa segmento significativo dos trabalhadores — não invalidou, segundo o ministro, a reunião. "A reunião tem o sentido político de demonstrar a disposição do governo para o diálogo. O governo não quer se auto-isolar. Este é o governo da Nova República e o contato, a discussão são fatores extremamente importantes para se implantar neste país um sistema democrático de convivência", disse.



Foto Adão Nascimento — Telefoto Estado

Para o presidente da República, existe uma dívida moral a ser resgatada com a Nação

Pazzianotto elogiou a exposição "corajosa" do presidente da Contec, Wilson Gomes de Moura, que defendeu a emissão de moeda pelo governo brasileiro para o pagamento da dívida interna. Comentou que o FGTS facilitou o processo de demissão dos trabalhadores, que, apesar disso, têm conseguido, por meio das convenções coletivas, introduzir mecanismos de proteção ao emprego. Esses poderão ser absorvidos por uma nova legislação, na sua opinião.

O governo, afirmou Pazzianotto, reiterou seu objetivo de retomar o crescimento econômico sem uma política de arrocho salarial, e o pacto social não chegou a ser discutido em profundidade.

DORNELLES

O ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, afirmou ontem, durante a reunião, que o "Brasil assumirá uma posição unilateral em relação aos seus credores apenas num caso extremo". A revelação é de Alceu Porto Carreiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações, acrescentando que Dornelles também disse que o País "está caminhando para o fechamento de um bom acordo com o Fundo Monetário Internacional e depois com os bancos credores".

Porto Carreiro informou também que Dornelles reconheceu que as taxas de juros estão sofrendo pressão altista em função da alta colocação de títulos da dívida pública no mercado aberto, como forma de financiar o déficit público.

Sobre como o governo agirá para

baixar os juros, Porto Carreiro revelou que Dornelles repetiu, mais uma vez, que só a redução do déficit público poderá forçar uma queda nas taxas.

Dornelles colocou durante o encontro do Torto, segundo Porto Carreiro, a questão da "má distribuição de renda e que esse é o principal problema a ser equacionado pelas autoridades econômicas".

Dornelles afirmou que uma melhor distribuição de renda já está sendo implementada com o ajustamento econômico do País, segundo Porto Carreiro.

A expectativa de inflação alta foi contida graças ao controle de preços que continuarão sendo aplicada, disse ainda Dornelles, segundo o dirigente sindical.

SAYAD

O ministro João Sayad, do Planejamento, disse na reunião que maiores investimentos na área social vão depender do equacionamento dos problemas das dívidas externa e interna. O ministro disse também que a moratória externa — sugerida por Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo — não é o melhor caminho para a solução dos problemas do País, mas defendeu que se deve acertar com o FMI e os bancos credores um tipo de acordo que seja favorável ao Brasil.

Joaquim dos Santos Andrade, também presidente da Confederação das Classes Trabalhadoras — Conclat —, considerou a reunião muito produtiva, mas lamentou não ter re-

cebido resposta sobre as suas reivindicações: trimestralidade no reajuste dos salários e redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais. "Acho que o governo é contra essas reivindicações dos trabalhadores", afirmou.

Andrade não quis comentar a ausência da CUT. "Essa ausência é uma questão partidária. Mas, num encontro como esse, em que, pela primeira vez, o trabalhador chega ao governo sem nenhuma retórica, todas as lideranças devem colocar com clareza seus pontos de vista."

O combate à inflação, reivindicação unificada dos trabalhadores, segundo Joaquim dos Santos Andrade, depende de uma mudança no comportamento do governo. "O governo é que provoca a inflação, quando toma da poupança empréstimos a juros de 10, 12%, para pagar suas dívidas. Se emitisse mais moeda, poderia provocar a redução nas taxas de juros que é o que nós interessa, porque detonaria a queda da espiral inflacionária", disse.

REFORMA AGRÁRIA

O presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, afirmou ao presidente José Sarney que os trabalhadores agrícolas do País não aceitam um retrocesso na proposta de reforma agrária. Segundo ele, Sarney disse que recebeu do seu Conselho Político e da Câmara dos Deputados sugestões para adiar por 30 dias a discussão do projeto de reforma agrária. Entretanto, afirmou, a decisão nesse sentido ainda não foi tomada.